

à falência centenas de pequenas e médias indústrias, a concentração da produção e da renda, pela destruição da concorrência e incentivo às fusões. Mas operou, também, pelo congelamento do preço das matérias-primas produzidas pela área estatal, o aço como a mais destacada delas. A siderurgia foi levada ao limite máximo, subsidiando violentamente as indústrias estrangeiras a que fornecia.<sup>192</sup> Falou-se em “crise do aço”; não havia crise, mas transferência de renda, da área estatal para a área do imperialismo: o Estado estava, no Brasil, subsidiando os investimentos estrangeiros aqui estabelecidos. O mesmo acontecia com a produção estatal de energia elétrica: o Estado brasileiro investiu, e continua investindo maciçamente, para produzir energia barata, fornecida barata às indústrias estrangeiras estabelecidas no Brasil, quando não distribuídas por monopólios estrangeiros que, assim, à custa das poupanças nacionais, auferem enormes lucros, remetidos ao exterior.<sup>193</sup> É esta outra forma de o Estado brasileiro subsidiar empresas estrangeiras.

Em dezembro de 1967, pelo Decreto 61.981, o novo regime criava a Petroquisa e fixava seus objetivos, “em que se afirma não constituírem as atividades da petroquímica monopólio estatal”.<sup>194</sup> Constituía-se, paralelamente, a Petroquímica União, em dezembro de 1968 (mês em que foi baixado o Ato Institucional nº 5, que derogou todos os direitos e liberdades individuais e políticas), sendo seus acionistas a Petrobrás (com a Petroquisa), detendo 25%; a Refinaria União, detendo 25%; o grupo Periguel-Monteiro Aranha, detendo 15%; entidades financeiras internacionais, detendo 10%; e o grupo Moreira Sales, detendo os restantes 25%. Assim, a empresa estatal entregava ao capital privado estrangeiro a melhor fatia da exploração petrolífera.

<sup>192</sup> “A crise da indústria siderúrgica ainda não foi superada. Até o início deste ano, a Companhia Siderúrgica Nacional não tinha disponibilidades financeiras para pagar as folhas de pagamento mensais de seus empregados. (...) Conservamos os preços do aço em níveis baixos para salvar setores industriais como a indústria de automóveis, de construção de navios, de eletrodomésticos, que utilizam o aço”. (Rui Rocha: “Esconderam a inflação”, in *Correio da Manhã*, Rio, 6 de maio de 1969). “A indústria siderúrgica brasileira, que era, há três anos, das mais florescentes e rentáveis do mundo, vem sendo, desde então, comprimida, de um lado, por custos crescentes de matérias-primas, combustíveis, energia, fretes, juros e impostos e, de outro lado, por um controle de preços artificial, sem base na realidade econômica”. (“Aço nacional ve ameaça”, in *Correio da Manhã*, Rio, 27 de outubro de 1967).

<sup>193</sup> “Aproximadamente 80% dos recursos aplicados no país foram de origem interna. A Eletrobrás contribuiu com investimentos formados com recursos próprios, 37% do Imposto Único sobre Energia Elétrica e com o Empréstimo Compulsório. Aproximadamente 65% das aplicações no setor provêm diretamente do próprio consumidor, sendo indispensável a manutenção da política de realidade tarifária, instituída a partir de 1964, para que o setor continue a contar com recursos para seu programa de desenvolvimento”. (“Eletrobrás: Brasil está a caminho dos 30 milhões de kw, in *Jornal do Brasil*, Rio, 20 de março de 1970).

<sup>194</sup> “Petrobrás entra em petroquímica de capital misto”, in *Correio da Manhã*, Rio, 31 de dezembro de 1968.